



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184260-8/01

AGRAVANTE: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA. RECURSO DE AGRAVO. O AGRAVANTE REQUER A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO À APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 558, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE RELEVÂNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. MANTIDA A REGRA DO INCISO V, DO ARTIGO 520, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

3- Compulsando os autos, vislumbro que a pretensão do Agravante não merece guarida, pois o simples receio de, no caso de obter sucesso quando do julgamento da Apelação relativa aos Embargos, ter que enfrentar a via judicial, através de Ação própria, não é fundamentação relevante, suficiente para excepcionar a regra contida no inciso V, do artigo 520, do CPC, vindo a atribuir efeito suspensivo à Apelação.

4- Dessa forma, ausentes os requisitos insculpidos no *caput*, do artigo 558, do CPC, não há falar em acolher a pretensão recursal da empresa agravante.

5- Recurso conhecido e não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0184260-8/01 em que é Agravante a PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A e Agravado o ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Pernambuco, em negar provimento ao presente recurso, à unanimidade de votos, na forma do relatório, votos e notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife,

26/01/2010


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator/Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184260-8/01

AGRAVANTE: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo contra Decisão Terminativa Monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0184260-8, a qual, com fundamento no artigo 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao mencionado recurso, em razão do mesmo estar em confronto com a jurisprudência deste Tribunal, bem como, com Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

O recorrente requer, em breve síntese, que seja atribuído efeito suspensivo à Apelação Cível interposta contra sentença prolatada no primeiro grau de jurisdição, sob a fundamentação de que o risco de lesão grave ao agravante é evidente, uma vez que o mesmo teve de suportar o ônus da execução definitiva promovida pela Fazenda Pública Estadual e, em consequência teve que se submeter ao cumprimento da carta de fiança que serviu como garantia do Juízo da Primeira Vara de Executivo Fiscal. Ressaltou que, o valor de tal carta de fiança é de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Ademais, ratificou esse risco de lesão grave diante da circunstância de ter que se submeter ao exaustivo procedimento de precatórios para reaver os valores levantados pelo Estado de Pernambuco.

É o relatório.

Recife, 26/01/2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0184260-8/01

AGRAVANTE: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

AGRAVADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL


VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra Decisão Terminativa Monocrática proferida por esta relatoria, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0184260-8, que negou seguimento ao respectivo recurso por entender que o mesmo estava em confronto com a jurisprudência deste Tribunal, e com súmula do Superior Tribunal de Justiça.

O agravante pretende, sucintamente, que este órgão colegiado atribua efeito suspensivo a apelação cível interposta contra sentença que julgou improcedente os Embargos à Execução Fiscal nº 001.2J08.042908-5. Para tanto, utiliza-se do argumento de que resta configurado nos autos o risco de lesão grave, porquanto terá "que suportar o ônus da execução definitiva promovida pela Fazenda Pública Estadual, em razão do cumprimento da carta de fiança que serviu como garantia do Juízo da 1ª Vara de Executivo Fiscal Estadual de Recife, de quantia aproximada de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Adentrando no mérito recursal, vislumbro que a pretensão do Agravante não merece guarida, pelas próprias razões ventiladas na decisão recorrida, uma vez que seus argumentos recursais não estão amparados nem por nossa legislação processual civil e nem mesmo pela jurisprudência de nosso Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça.

É sabido que julgados improcedentes os embargos à execução, a regra é que esta prossiga normalmente. O recurso contra a sentença que os julga é recebido sempre no efeito devolutivo, não suspendendo, portanto, o curso da execução.

 Entretanto, o parágrafo único, do artigo 558, do CPC, permite excepcionar a regra acima, desde que esteja cumulativamente presente a lesão grave e de difícil reparação e relevância da fundamentação.

Assim, observo que não há relevância na fundamentação trazida pelo recorrente, uma vez que o simples fato de que ter que propor uma ação de repetição de indébito, caso obtenha êxito na apelação relativa à improcedência



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

dos Embargos à Execução, não configura fato suficiente a demonstrar a lesão grave ou de difícil reparação.

Insta salientar ainda que, o prosseguimento da execução não configura uma medida irreversível para a parte agravante, uma vez que como mesma ressaltou em suas razões recursais, poderá socorrer-se do Judiciário, através de uma ação própria, a fim de reaver os valores executados.

Também não se me afigura relevante, sob o ponto de suspender a execução da lide em questão, excepcionando a regra, a alegação de que o agravante terá que se submeter aos precatórios judiciais para reaver os devidos valores da execução, pois este é um procedimento previsto em nossa legislação processual, e que necessariamente deve ser obedecido por qualquer um. Assim, da mesma forma que o Estado, ora agravado, está aguardando toda marcha processual a fim de obter definitivamente os valores perquiridos na Execução Fiscal.

Desta forma, diante da ausência dos requisitos autorizadores da medida requerida, insculpidos no *caput* do artigo 558, do CPC, não há como aplicar o disposto no seu parágrafo único.

Não é outro o entendimento de nosso Superior Tribunal de Justiça, conforme o posicionamento colacionado abaixo:

EMENTA: ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. APELAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 558 DO CPC. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

I - Apesar de o artigo 520 do CPC prever que a apelação interposta contra a decisão que rejeitar os embargos à execução deve ser recebida unicamente com efeito devolutivo, após a edição da Lei nº 9.139/95, o artigo 558 do Código de Processo Civil passou a permitir a atribuição de efeito suspensivo mesmo nas hipóteses do precitado artigo 520, desde que, relevante a fundamentação, possa o cumprimento da decisão representar lesão grave e de difícil reparação.

II - No entanto, a verificação acerca da existência dos referidos requisitos não prescinde do reexame do substrato fático-probatório dos autos, inviável de ser realizado nesta instância, sob pena de ofensa à Súmula nº 7/STJ. Precedentes: AgRg no Ag nº 898.163/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 08/09/08; AgRg no Ag nº 633.059/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

07/05/07 e REsp nº 615.638/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJ de 20/06/05.

III - Agravo regimental improvido.

(Original sem Grifos)

(AgRg no REsp 1070213/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/11/2008, DJe 01/12/2008)

Para além disso, em caso semelhante, envolvendo inclusive as mesmas partes, esta Câmara já decidiu neste sentido:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EFEITO EM QUE É RECEBIDA APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PERIGO DE LESÃO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO ATIVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

I - Julgado improcedente o embargo do devedor, a execução que iniciou com caráter definitivo prosseguirá como definitiva, mesmo que o embargante interponha recurso de apelação, cujo efeito é apenas devolutivo (CPC, art. 520, V). Todavia, "sendo relevante a fundamentação", poderá o apelante obter efeito suspensivo "nos casos de prisão civil, adjudicação, remissão de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação" (CPC, art. 558). (Grifo acrescido).

II - Na hipótese dos autos, o simples temor de que a fiança bancária oferecida como garantia à execução fiscal seja levantada não configura situação que possa ensejar lesão irreversível capaz de autorizar a atribuição do pretendido efeito suspensivo ao exercício recursal adotado.

III - Consoante pacífica orientação jurisprudencial do Colendo Superior Tribunal de Justiça, julgados improcedentes os embargos à execução fiscal e tendo em consideração o caráter definitivo da execução de título extrajudicial, o crédito do exequente passa a ser exigível de imediato, podendo ser praticados todos os atos necessários à sua satisfação ainda que pendent recurso de apelação, que deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, e, se ao final, o ente público saia vencido, resolver-se-á a lide com perdas e danos em favor do executado. (Grifo acrescido).

IV - Agravo regimental provido.

V - Decisão unânime.

(Agravo Regimental nº 0164345-0/01 - Rel. Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos - Data do Julgamento 02/04/2008).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Pelas razões acima expostas, **VOTO** pelo não provimento deste Recurso de Agravo, mantendo-se incólume, pelos seus próprios fundamentos, a Decisão Monocrática ora hostilizada.

Recife, 26/01/2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -